

SER INSISTENTE PARA SER DIFERENTE: OBRIGADO PROFESSORA

Pedro Henrique Ferreira Costa¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo prestar homenagem e agradecer à professora Samira Peduti Kahil - (*1952 – †2011) - pelo trabalho realizado na Escola de Geografia de Rio Claro. Samira, durante vinte e cinco anos, entregou-se descomedidamente à Universidade Pública, à Geografia e à formação de cidadãos para o mundo. O texto tem como finalidade, primeiro, refletir sobre o papel do intelectual na sociedade, e, por fim, apontar, em linhas gerais, porque eu defendo a professora como uma intelectual por excelência. Para isso, traço a partir do papel que a professora, sempre, desempenhou e das lições que a mim, pessoalmente, permanecem como herança de aproximadamente uma década de convivência, os caminhos que de certo modo me convence de que sua figura intelectual sobrepassa o papel da docência.

Palavras-chave: Dedicção; Intelectual; Ética.

INTRODUÇÃO

Pretende-se neste artigo homenagear e agradecer à professora **Samira Peduti Kahil**² pelo trabalho realizado na Escola de Geografia de Rio Claro. Samira se entregou descomedidamente à Universidade Pública, à Geografia e à formação de cidadãos para o mundo. Tal comportamento tanto revelou sua responsabilidade com o dever quanto destacou o grau de potência com que sua vida intelectual se afirmou em sua existência.

Antes, é preciso deixar claro que, ao propor esse artigo, não há como objetivo o estabelecimento de uma crítica moral aos demais docentes, pesquisadores e geógrafos. Trata-se de definir qual foi o papel histórico da

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista UNESP/Campus de Rio Claro/SP. e-mail: ferreiracostaph@gmail.com

² A professora nasceu em Assis, sudoeste do Estado de São Paulo, onde passou a infância e a juventude. Em 1977, aos 25 anos, mudou para Rio Claro/SP e iniciou a graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) finalizando em 1980. No ano seguinte começou o mestrado, com bolsa CNPq, no Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista, em Rio Claro, sob a orientação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira até 1985 quando obteve o certificado de mestre, cujo título da dissertação foi “A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo: a construção desconstrução do território para o trabalho livre”. Nesse mesmo ano trabalhou na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em Campinas, ministrando a disciplina “Metodologia de Pesquisa em Geografia”. No ano de 1986 entrou por concurso na Universidade que a graduou e durante vinte e cinco anos dedicou-se às atividades acadêmicas (ensino², pesquisa² e extensão). Em 1992, começou o doutorado, na Universidade de São Paulo (USP) no Programa de Pós Graduação em Geografia, sob a orientação do professor Milton Santos. Em julho de 1997, defendeu a tese: “Unidade e Diversidade do Mundo Contemporâneo - Holambra: a existência do mundo no lugar”, esta que arrancou elogios da banca e dos colegas. Entre os anos de 2005 e 2006, com a concessão da bolsa CAPES e o afastamento no Departamento de Planejamento, realizou o pós-doutorado na Université de Rouen, na França, sob a orientação do professor Michel Lesourd. Em toda sua trajetória acadêmica, a professora desenvolveu pesquisa sobre os temas: “Usos do território brasileiro”; “Formação Territorial do Brasil”; “Dinâmicas do território brasileiro”; “Densidade técnica e desigualdade regional”; “Circuito espaciais de produção agrícola e círculos de cooperação da produção agrícola brasileira”. Além de coordenar o grupo de pesquisa “Usos do Território e Dinâmica dos Lugares”, instituído em 2003.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 73-89, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

professora Samira e o que ficou de lição, ao longo de, aproximadamente, dez anos de convivência. Uma convivência que me fez apontar os caminhos pelos quais figura um intelectual e que estiveram presentes na trajetória desta ilustre professora.

Nesse sentido, em primeiro lugar, optou-se por definir o termo intelectual e o papel na sociedade; seja a palavra ora um conceito, que assume contornos frente ao mundo e circunscreve sujeitos; ora uma categoria de análise, que assume posições e define classes. Para depois apresentar alguns pontos sobre os fundamentos do pensamento da professora em destaque.

Diante disso, para se iniciar o debate, levantou-se as seguintes questões: Qual é o ponto-chave que indica um sujeito como um intelectual? Como definir tais sujeitos? Qual é a responsabilidade deste com o seu presente? Eles são representantes de uma elite pensante? Difícil responder a todas essas perguntas, mas o que se sabe é que o intelectual dá-se ao manifesto da moral e da ética, esse é o seu compromisso inamovível.

O verdadeiro intelectual não se poderá confundir com o sujeito das circunstâncias; aquele que se vale do sentido de oportunidade e da fugacidade momentânea da glória. Os valores intelectuais teriam algo de estrutural, que lhes conferiria solidez e credibilidade. (BOTO, 2008-2009, p. 162).

Contudo, percebe-se que o papel do intelectual, na contemporaneidade, é duramente questionado, seja por sua ausência na *praxis*, seja por sua atividade atrelada à afirmação do modo de produção vigente, ou até mesmo por sua razão indolente. Na verdade, o intelectual vive uma tensão dialética entre se colocar a serviço dos mecanismos de dominação (privatização da vida, da moral e da ética) e/ou de levantar a massa a rebelar-se. Além disso, os intelectuais, hoje, não hesitam em exprimir-se abertamente e de maneira autônoma a respeito dos acontecimentos, seja porque estão vagando sozinhos; ou tagarelando aos “surdos”; ou sem tempo de refletir; ou incapazes de ler o mundo; ou conformados com as questões do presente; ou ainda dialogando com gente que tem muita capacidade de ouvir, ler, teclar, conectar, socializar, reproduzir, mas ínfima capacidade de construir bons pensamentos ou desprovidos de inventividade e criatividade.

À medida que o conhecimento se transforma em informação e que a informação se torna um simulacro do conhecimento, em outras palavras, nessa indústria cultural, ou como Fredric Jameson o chamou, nesse capitalismo cultural, os intelectuais são descartáveis. Trata-se agora, como qualquer mercadoria, da descartabilidade permanente. (OLIVEIRA, 2001, p. 132).

Nesse movimento, a “descartabilidade permanente” dos intelectuais é fruto, também, da sua falta de atitude, frente ao mundo, tornando-os “minorias mudas” que não se fizeram audíveis. Para Chauí (2006, p. 30), “o silêncio dos intelectuais é, aqui, signo de uma ausência mais profunda: a ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente”.

Nesse sentido, pode-se notar que a amplitude do uso do termo intelectual, na sociedade contemporânea - e da sua função, autoriza-nos a atribuir-lhe diferentes

sentidos, transformando sua definição em um verdadeiro estorvo. O problema já foi denunciado por Gramsci na década de 1930, para quem “o problema [a definição do conceito de intelectual] é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora [década de 1930] o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais” (Gramsci, 2004, p. 15). Tal emprego semântico, por ser, às vezes, “impreciso” no momento da sua aplicação, não nos ajuda na conceituação ou na sua própria visualização perante a sociedade. De acordo com Martins (2011, p. 132),

Dentre as formas de tomar os intelectuais com vista à conceituação, destacam-se três: a) o enfoque da produção e da socialização do conhecimento por um grupo social especializado; b) o enfoque da produção cultural, que pode resultar na clássica distinção entre ‘cultura erudita’ e ‘cultura popular’; c) e o enfoque da diferença entre ‘trabalho concreto’ (produtor de valor-de-uso) e ‘trabalho abstrato’ (produtor de valor-de-troca), como faz Marx (1999), por exemplo, a partir da referência à categoria de classe social.

De modo que o intelectual é entendido tanto na sua intervenção nas diferentes instâncias sociais e políticas (ou na construção da ordem social e política democrática), quanto por organizar o debate, posicionar-se de maneira independente e esclarecer a todos sem infligir à palavra. Porém, “o trabalho do intelectual não é modelar a vontade política dos outros; é reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os costumes, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades admitidas” (FOUCAULT, 2003, p. 676 - 677). Segundo Michael Lowy (1979, p. 1), o intelectual é

(...) um ser bizarro e difícil de classificar. A primeira evidência é que o intelectual pode ser recrutado em todas as classes e camadas da sociedade: pode ser aristocrata (Tostoi), industrial (Owen), professor (Hegel) ou artesão (Proudhon). Em outros termos: os intelectuais não são uma classe, mas uma categoria social; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os *produtores diretos* da esfera ideológica, os *criadores de produtos ideológico-culturais*. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que se poderia chamar de processo de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais.

Desta forma, o intelectual em que nos espelhamos é aquele que reflete sobre o mundo e que tanto na sua fala como em seus escritos, deixa sinais de um projeto de mudança, esteja ele pautado em bases reformistas ou revolucionárias. Logo, o intelectual não é aquele que opina sobre tudo e toma posição em tudo, muito menos que apresenta incoerência, leviandade e irresponsabilidade em sua práxis; ou que manobre as posições; ou opiniões políticas de uma classe “às cegas”

como um partidocrata hierarquizado, detentor do discurso dos oprimidos. Na verdade, os que se definem, frente às características negadas, como intelectuais são os reais opressores. Cabe dizer que estes são os fracassados intelectualmente ou os “falsos intelectuais” e, infelizmente, estão espalhados, por todo os lados, como ativistas autoritários, pois toda a ação da *práxis* é fruto de um único novelo de linha constituído por sua inflexibilidade e seu radicalismo.

É pela atitude dos falsos intelectuais que se é levado (...) a considerar os intelectuais como moralistas e idealistas, que condenam *moralmente* a guerra e sonham, em nosso mundo de violência, que um dia reinará uma paz ideal – que não é uma nova ordem fundada sobre a cessação de todas as guerras com a vitória dos oprimidos, mas, em vez disso, a ideia da paz caída dos céus. O verdadeiro intelectual, sendo *radical*, não é, por isso, nem moralista nem idealista: sabe que a única paz válida no Vietnã custará lágrimas e sangue, sabe que ela começa pela retirada das tropas americanas e pela cessação dos bombardeios, *portanto*, pela derrota dos Estados Unidos. Em outras palavras, a natureza de sua contradição obriga-o a *se engajar* em todos os conflitos de nosso tempo porque todos são – conflitos de classes, de nações, de raças – efeitos particulares da opressão dos desfavorecidos pela classe dominante e porque em cada um deles ele está, ele, o oprimido consciente de sê-lo, do lado dos oprimidos. (SARTRE, 1994, p. 40 – *grifo do autor*).

Ao contrário do “falso intelectual”, o intelectual é aquele que nos indica não só a matéria prima, mas, principalmente, fornece os instrumentos para o processo de transformação social. E, assim, arrisco em dizer que a função do intelectual, principalmente como figura acadêmica, na universidade, é entender como o docente reflete sua própria condição em seu próprio tempo e como ele define a realidade e sua prática, além de apresentar-se

como figura que intervém criticamente na esfera pública, trazendo consigo não só ‘a transgressão da ordem’ (como afirma Bourdieu) e a ‘crítica do existente’ (como pretende a Escola de Frankfurt), mas também a crítica do modo de sua inserção no modo de produção capitalista e, portanto, a crítica da forma e do conteúdo de sua própria atividade. (Chauí, 2006, p. 28).

É fato que os intelectuais de hoje precisam assumir um projeto de intervenção política na vida pública, sem conflitos de interesse ou demagogias, porque cabe a eles a esperança de politizar os espaços despolitizados e assegurar um corpus societário motivado a transformar o presente.

O FAZER INTELECTUAL E O PAPEL NA SOCIEDADE

Há, certamente, uma indefinição no papel do intelectual³. Gramsci se dedicou a refletir “o fazer intelectual”, apontando-lhe atribuições perante os grupos sociais⁴ representados. O tema é recorrente, quase compulsivamente, nos escritos “marginalizados” do filósofo⁵. Gramsci (2004) afirma que os intelectuais atuam como o elo entre a estrutura e a superestrutura estatal, além de também figurarem como ponte entre a sociedade política e a sociedade civil. No entanto, os intelectuais, para Gramsci (2004), não visualizam o poder de persuasão e direção que possuem para organizar a sociedade sob um projeto de emancipação social.

Para Gramsci (2004), todos os homens são intelectuais ou potenciais intelectuais, de acordo com seus princípios, isto é, mesmo que o indivíduo carregue consigo uma linguagem rasa, o senso comum, o bom senso, suas próprias crenças, estes trazem uma forma de conceber o mundo, por mais simples que seja, uma forma de pensar a sociabilidade humana. Por isso, para Gramsci (2004), seria impossível caracterizar um indivíduo como não-intelectual, pois todos os homens teriam um mínimo de atividade intelectual criadora.

a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em, suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2004, p. 52 - 53)

O problema, então, seria que, apesar de todos os homens serem intelectuais ou potenciais intelectuais, ainda que a seu modo, inconscientemente, nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais. (GRAMSCI, 2004). E, para Gramsci (2004), as operações que os indivíduos realizam nunca são genuinamente “prático-manual” ou puramente “teórico-intelectual”. Estes dois polos, que pode levar uma visão dicotomizada da ação, devem ser reconhecidos em um só movimento de forma recíproca, já que um, em “última instância”, polariza o outro e, para virem a ser concretizados, exigem-se mutuamente, pois fazem parte de uma mesma totalidade.

³ O termo intelectual difundiu-se por conta do chamado “O caso Dreyfuss”, no qual, por engano, o governo francês, no final do século XIX, condenou o capitão Alfred Dreyfuss acusando-o por traição à pátria. Em função da insuficiência de provas e da indiferença da base governista frente o caso, Emile Zola, escritor francês, publicou uma carta ao presidente Félix Faure e articulou um manifesto, recolhendo assinaturas, conhecido como “O Manifesto dos Intelectuais” em defesa de Dreyfuss. De modo que o direitista Maurice Barrés, criticando tal atitude, acabou construindo um neologismo para definir àqueles que se envolvem em questões ideológicas, éticas e morais da sua sociedade. (ZUIN, 2003).

⁴ Conforme Martins (2011, p. 135), “o conceito gramsciano de intelectual advém da análise concreta da gênese e do desenvolvimento da dinâmica de funcionamento da formação econômica e social italiana no contexto europeu, suas contradições, seus limites e suas possibilidades”.

⁵ O assunto está presente em sua principal obra *Quaderni del carcere e L'Epistolario*.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 73-89, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

(...) saber e fazer são partes de uma mesma totalidade, mas a dialética que essas ações representam supõe o conhecimento, a união, a sintonia, a aproximação entre os intelectuais que realizam os mais diferentes tipos de atividades. *Não se pode separar o homo faber do homo sapiens*, e nessa integração não se prioriza o conhecimento prático em detrimento do saber intelectual, científico e vice-versa, como também não se admite a separação entre pessoas e grupos que exercem trabalhos intelectuais diferenciados. (VIEIRA, 2009, p. 63).

A crítica de Gramsci (2004), frente à classe dos intelectuais, é que seus representantes estão fora da própria realidade e distanciados da sociedade, o que os tornam contraditórios em sua prática cotidiana e na tentativa de organizar um projeto de civilidade humana. Assim, para Gramsci (2004), rotular o outro com o *status* de intelectual, às vezes, abre a possibilidade de tê-lo como alguém de características menores, como: autoritário, insolente, menosprezador, corruptor, cínico etc... De modo que, ao levantar essas questões, Gramsci (2004) provoca os intelectuais a (re)avaliarem sua *práxis*.

Para Gramsci (2004), o intelectual do seu tempo, pode ser definido ora pela sua capacidade técnica e/ou dirigente ou, até mesmo, pela sua posição burguesa, ora pela sua posição frente à aristocracia fundiária ou relevância simbólica na sociedade. Assim, Gramsci (2004) classifica, por uma tipologia, duas dimensões de intelectuais: orgânicos e tradicionais.

Haveria, em princípio, dois tipos de intelectuais. De um lado, os orgânicos, cujo papel é fornecer cimento ideológico aos estratos dominantes: por exemplo, o economista liberal que sanciona a hegemonia dos grupos financeiros na gestão do Estado e é capaz de discorrer sobre o caráter "natural" da máquina a que serve. De outro lado, soldando o passado no presente, os tradicionais ou "eclesiásticos" que, não estando diretamente ligados à produção material, garantem a continuidade e a hierarquia de instituições de fundo estamental: a Igreja, as universidades, os tribunais (a "aristocracia togada"), com seus mandarins e burocratas. (BOSI, 2000)

Enquanto, de acordo com Gramsci (2004, p. 16), o intelectual orgânico deve conduzir a sociedade ou a sua "classe política" a criar condições favoráveis à expansão; os intelectuais tradicionais destacam-se como "representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas". Porém, para Gramsci, segundo Joll (1977, p. 72), o verdadeiro papel dos intelectuais deveria ser "comportar-se como prescrito por Marx e Engels no Manifesto Comunista, isto é, livrar-se dos vínculos e aderir à classe revolucionária". Tudo isto, para alertar que os intelectuais deveriam seguir seus instintos e instruir a classe dos oprimidos a projetar-se contra os opressores.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor,

organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro - mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2004, p. 53).

Assim, diante de tal situação, o significado de intelectual, para Gramsci (2004), é recuperado quando desenvolvido no sentido de que o intelectual necessita, para exercer seu intelecto-moral, dedicar-se a criar uma “Filosofia da Praxis”, ou seja, dirigir o coletivo a resistir à visão desumanizadora das classes abastadas.

(...) para Gramsci filosofia da práxis é a atividade teórico-política e histórico-social dos grupos “subalternos” que procuram desenvolver uma visão de mundo global e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que têm à disposição, visando a construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade. (SEMERARO, 2005, p. 30).

É nessa direção que Gramsci (2004) pensa o intelectual, um ser capaz de realizar a crítica e compor com seus pares na luta pela emancipação do momento vigente. O intelectual em seus moldes deve “orientar” a sociedade e lutar para que o corpo formado não reproduza interesses próprios e, sim, interesses coletivos. Assim deve banir as heranças e resquícios deixados pela burguesia e aplicar um novo sistema de governo que estabeleça diretrizes política construídas pela pluralidade e diversidade das ideias.

E esta forma de pensar e agir é uma conquista difícil, feita em conjunto, a ser renovada todos os dias, pois visa formar “dirigentes” não para ocupar o lugar da burguesia e continuar seus métodos, sob formas mais ou menos renovadas, mas para inaugurar uma “hegemonia” que, em Gramsci, em uma das mais originais contribuições ao pensamento político, assume a conotação peculiar de gestão radicalmente democrática, popular, coletiva do poder. É isso que Gramsci quer indicar com a noção de “sociedade regulada”, ou auto-regulada, onde a sociedade apropriada pelos trabalhadores chega a assumir traços em que a necessidade é transformada pela livre ação política, as estruturas são elaboradas e conduzidas conscientemente, a sociedade política é absorvida na sociedade civil e se promove uma verdadeira “catarse”. Em Gramsci, esta última expressão indica, justamente, “[...] a passagem do momento meramente econômico, ou egoístico-passional, para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’, da necessidade à liberdade. A estrutura [ou seja, a estrutura econômica], de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas”. (SEMERARO, 2000, p. 8).

O desejo, em Gramsci (2004), de participar de uma sociedade, “totalmente”, livre e soberana faz o acreditar na possibilidade, por meio de um processo de subjetivação política: de ampliar sobre as faculdades individuais o seu conceito de “vontade coletiva”⁶ na construção da democracia, de socializar o poder sob a tutela de um vetor horizontal e não verticalizado e de emancipar a cooptação do fetichismo do modo de produção capitalista. É desta visão, para Gramsci (2004), que o intelectual deve alicerçar sua práxis e se lançar ao imprevisível sua solitária função hegemônica⁷ (isto é, sua consciência moral e política) e perceptiva do mundo além de, eticamente, elevar a massa a dirigir coletivamente e a se autogovernarem com o intuito de quebrar os monopólios do poder. Tomando-se como base essas questões, o intelectual interioriza a concepção do mundo e exterioriza novas maneira de representar, inovar e criticar as atividades pré-existentes transformando-as em algo coerente e condizente com o mundo e a consciência de classe.

No entanto a formação do intelectual implica uma relação *sine qua non* na formação de novos intelectuais. O processo, segundo Gramsci (2004, p. 104) “é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos”, e “está ligado a uma dialética intelectuais-massa”, de modo que se deve substituir “o senso comum e as velhas concepções do mundo” e

trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidades ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa, e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. (GRAMSCI, 2004, p. 110).

Em suma, tendo como base o conjunto teórico gramsciano para definir o intelectual, com respeito a todos os docentes, para mim a professora Samira foi um exemplo. E que, também, contribuiu para a formação intelectual de diversos geógrafos. A fim de modificar o “panorama ideológico” dominante da nossa época, militou a favor de um aluno reflexivo e que não se corrompe pelas ideias fúteis.

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. (GRAMSCI, 2004a, p. 94)

⁶ Ver: COUTINHO, C. N O conceito de vontade coletiva em Gramsci. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 32-40, jan./jun., 2009.

⁷ Conforme Giovanni Semeraro (2000, p. 8) o conceito de hegemonia não pode ser entendido “como concentração do poder nas mãos de alguns nem interpretado no sentido de vanguardismo e de liderança sobre os outros, ou de manipulação demagógica, mas deve ser entendido como prática que visa elevar ‘intelectual e moralmente’ as massas, que prepara sujeitos livres e capazes de se autogovernarem e de dirigir coletivamente as políticas públicas”. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(2): 73-89, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Samira participou ativamente na produção de uma Geografia mais humana.

ALGUNS PONTOS SOBRE OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DA PROFESSORA SAMIRA PEDUTI KAHIL

Samira advogava que não se podia ser geógrafo, isto é, ter uma concepção unitária do mundo imposta pelo ambiente exterior criticamente coerente, sem a consciência da própria evolução da totalidade social (historicidade), do esforço filosófico exigido na compreensão do espaço geográfico e do fato que o mundo esta em constante contradição.

Nossa tarefa como geógrafos, é um exercício de racionalização aberta, que dialoga com o acaso e com o risco, com a experiência, com o mundo exterior, supondo sempre que o nosso saber não esteja completo e que algo novo venha modifica-lo (KAHIL, 1996, p. 79).

De modo que é possível perceber, através de suas reflexões, mesmo referenciando suas limitações, o compromisso da geógrafa frente à complexidade mundo e a vontade exacerbada em acreditar na “utopia” de um outro mundo é possível.

Talvez o saldo das reflexões expostas possa parecer negativo também por minhas próprias limitações em expor claramente as perplexidades consagradas pelo tempo, e depois, pela impossibilidade de respondê-las objetiva e conclusivamente. De fato isto deriva da própria situação de quem, percebendo a urgência de um pensamento que diante do esgotamento dos esquemas conceituais que visam orientar a ação, deseja partilhar as perplexidades e, na articulação entre reflexão e confrontação com o campo dos acontecimentos, deseja encontrar o motor de uma elaboração conceitual passível de critica, mas que contribua para compreensão de que um outro mundo é possível”. (KAHIL, 2010a, p. 484).

Assim, aqueles geógrafos, os quais os interesses são restritos e pessoais não ampliam seus horizontes e encerram por participar de grupos fossilizados às grandes questões mundiais. O grande geógrafo não é aquele que individualmente faz descobertas originais, mas que, sobretudo, sabem socializa-las ao mundo.

A professora mostrava, com seu envolvimento e compromisso com a universidade, que estava pronta para ser, ao mesmo tempo, uma cientista, uma pedagoga, uma crítica, uma revolucionária...

Da sua filosofia de vida objetivava uma filosofia da práxis. E, com ela, era capaz de despertar em seus alunos às contradições que se realizam no tempo e no espaço. Sua tarefa foi ensinar e superar os resíduos causados pelos processos de agenciamento maquínico que a universidade se encontra e, assim, contribuir para a formação de uma geografia coesa.

Nosso projeto pedagógico para o ensino de geografia quer, na sala de aula, provocar excitação necessária à experiência intelectual, ou seja, um modo de forçagem do pensamento, um trabalho sistemático de pensar que nos obrigue, alunos e professores, a depararmo-nos continuamente com seus limites e misturar-se com que é aparentemente estranho – o real. (KAHIL, 2010, p. 38)

Samira, antes de qualquer coisa, foi uma intelectual cuja proposta era refletir sobre o Mundo. E o Mundo, para ela, “é uma trama complexa de acontecimentos entretecidos por uma profusão de eventos e uma também complexa vida de relações”. (KAHIL, 2010a, p. 477). E que a compreensão desse mundo, “como totalidade em movimento”, tornar-se-ia uma bandeira em suas aulas e que exigia de seus alunos uma reflexão. (KAHIL, 2010, p. 40).

O que temos buscado em nossas pesquisas e em nossas aulas é o nexos formativo de particularidade local e alcance geral, isto é, o que buscamos conduzir a análise e deixarmo-nos conduzir por ela, instituindo a possível liberdade de tudo solicitar, desde o mais minucioso evento ao mais universal pensamento. Assim é que persistimos na busca de uma geografia cuja perspectiva sustente nosso pensar em termos de tendência, possibilitando-nos apreender e atribuir significado aos eventos presentes e também às ausências – aquilo que não é dado no fluxo da vida diária. (KAHIL, 2008, p. 308 – 309).

Samira lutava em favor da emancipação de todos e nos fazia, não só, pensar o mundo, mas, também, questionar a nossa função frente a esse mundo. Uma vez que, para Kahil (2008, p. 305), “a recusa de um debate mais geral, a recusa do pensamento filosófico, do pensamento crítico produz uma conformidade na sociedade”.

Durante sua formação intelectual, não se ocupou apenas de geografia, mas declarou sua paixão pela arte, filosofia e história da ciência entre outros. Não leu somente autores marxistas ou somente geógrafos, mas também os clássicos das ciências sociais, antropologia, ciências políticas, filosofia, física, história da ciência, entre outros. De modo que, Samira expunha sua versatilidade na abertura de diálogos, com os alunos, orientandos, colegas e amigos, e, em vez de desqualificar e menosprezar os diferentes pontos de vistas, ela arriscava, por amor ao debate, em desconstruir as peças argumentativas e rígidas presente nas falas dos “contrários”. Tal atitude, às vezes, transparecia uma pessoa intransigente, principalmente, ao mostrar que, o espaço público, “único lugar onde é possível a invenção de uma outra política” (KAHIL, 2010a, p. 484), vinha se tornando o lugar da neutralização e vulgarização da ciência, além da despolitização total de todos através do reformismo conservador instalado.

Se num primeiro momento o consenso econômico levou os agentes sociais para longe das instituições políticas, que o próprio consenso econômico tornava obsoletas, hoje são incontáveis os canais de gesticulação cívica, que ao invés de alargar e concretizar a cidadania de fato conduzem à sua própria dissolução, desmanchando qualquer

possibilidade de politização das questões cruciais do país. Baseadas na benevolência do Estado ou das empresas, e não na instituição de direitos, os programas de políticas públicas, ou os programas de responsabilidade social e ambiental das empresas e ONGs se multiplicam, fatiando os problemas sociais do país em sub-temas manejáveis tecnicamente e que só fazem acalmar, sem resolver, os calamitosos problemas das misérias, carências e inseguranças sociais”. (KAHIL, 2010a, p. 483).

De fato, as discussões mais calorosas que ela travou, foi pela permanência do pensamento de seu, querido e sempre presente, orientador do doutorado: Milton Santos⁸. “Estou certa de que possuímos apenas um germe da propriedade que domina o espírito, o pensamento, a obra que Milton Santos nos legou”. “Seguir seus ensinamentos, que são uma filosofia porque têm o dom de criar em nós a necessidade de uma volúpia de filosofar”. (KAHIL, 2003, p. 597 - 598). Samira referia-se à obra de Milton Santos como uma “filosofia do espaço do homem”.

Uma filosofia do espaço porque é uma análise, uma crítica e uma reflexão sobre o espaço do homem e uma filosofia da geografia porque é uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos da ciência geográfica; uma filosofia porque é uma interpretação crítica das formas-conteúdos que o espaço adquire historicamente, uma filosofia porque é conhecimento do conhecimento e da ação humana. É, assim, uma filosofia particular, porque se faz em torno de um objeto que é princípio e fim de seu pensar – o espaço. (KAHIL, 1996, p. 73).

A constante preocupação em recuperar as ideias de Milton Santos, dentro e fora de sala de aula, por um lado impugnava as visões parciais e reducionistas colocada pelos opositores e por outro assumia a posição ideológica presente em seu próprio projeto ético-político. De acordo com Kahil (2010, p. 39), em “nossa tarefa não há como não assumirmos as lições de Milton Santos cuja proposição ou posição filosófica”.

nos permite entender que o real não é a teoria, mas o reconhecimento do real da experiência de que falamos os conceitos que construímos e que servem para levantar as questões sobre o real, refazendo os passos do pensamento que conceituou a coisa da experiência. (KAHIL, 1996, p. 73-74)

O militante-estudante ou o sujeito político da universidade não é um ser formatado por concepções fechadas⁹, mas aquele que se autoconstitui na práxis e na capacidade de se lapidar pela autocrítica.

⁸ A Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) teve como título “Unidade e Diversidade do Mundo Contemporâneo Holambra: a existência do mundo no lugar”.

⁹ Para Bobbio (1997, p. 49) os homens que “dizem desejar salvar a pátria, a civilização, a liberdade, e pensam completamente no contrário; no que pensam efetivamente, na defesa dos próprios interesses, não têm a coragem de dizer, e se o dissessem, ninguém os apoiaria, e por isso agem continuamente de má-fé”.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 73-89, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Consciente de seu papel manifestava sua atividade intelectual tanto no trabalho, como acadêmica, quanto fora dos muros da universidade. Como amiga, Samira nunca abandonou seu espírito crítico, “entendendo a crítica no sentido de uma reflexão radical sobre os acontecimentos ou eventos”, o elemento circunstancial para sustentar sua identidade (KAHIL, 2010, p. 37). No limite, ela buscava a universalidade das opiniões e esquivava do culto monolítico do partidário, do cientificismo, ou seja, suas questões eram maiores e levava em conta o processo e não o resultado. Por ser assim, ela, por muitas vezes, foi criticada, taxada, rotulada e sua “geografia” negada tanto por alunos quanto por colegas.

Logo, a dimensão prática da professora fixava-se na ação ética e política desenvolvida diante da sociedade. Nas conversas alertava para o saber ouvir o ‘outro’ e o agir coletivamente com o ‘outro’. Sem dúvida os elementos de sua militância não se encerravam em uma unidade fechada ou um partido, era fruto de sua convicção e insatisfação sobre o mundo, ou seja, resultava da angústia que o presente lhe proporcionava e da sua vontade de mudar. Os ‘aliados’ não eram membros de um exército da verdade, mas pessoas que se identificavam por afinidades teóricas e práticas ou reconheciam na *práxis* a forma de olhar o mundo. Sendo que, os laços afetivos formados em seu grupo, matéria prima que os uniam, por muitos, alunos e colegas, ainda são mantidos e por isso, contrários aos que partem para uma filiação monolítica, fazem viver seus ensinamentos.

Nossa intervenção consiste então em traçar uma diagonal, pois o trajeto do pensamento que tento passa por esses três pontos [não há um procedimento do pensamento que se fecha em uma *ontologia*, em uma *analítica*, ou em uma *doutrina*] saturados na discussão científico-filosófica contemporânea, buscando especialmente fazer uma geografia inventiva, operando um método de análise fundado em uma teoria crítica que radicalmente contribua para a superação das persistentes fragmentações do pensamento geográfico. (KAHIL, 2010, p. 39, *grifo nosso*.)

Samira estava presente e ativa tanto na Semana de Estudos¹⁰, nas discussões do PET, no qual estive à frente por alguns anos, ou, até mesmo, nas manifestações em prol da melhoria da universidade. De modo que, ela procurava, entre os debates, “atualizar o pensamento, não deixar o pensamento subsumir-se a um vocábulo único, uma racionalidade única, nem deixar que se feche em uma ontologia, uma analítica ou em uma doutrina”. (KAHIL, 2010a, p. 479). Ela compunha com os colegas docentes, discentes e funcionários, caso o assunto não ferisse seus valores morais e sua concepção de mundo.

Por varias vezes, Samira participou nas greves dos alunos e dos professores. Em 2000, 2002 e 2004, ela se posicionou tanto nas Assembleias dos Alunos quanto dos docentes. Em 2001, por conta de ser Coordenadora do curso de Geografia, dialogou com os discentes sobre o evento conhecido como o “Enterro da Geografia”; No ano de 2007, em uma ação coletiva de alunos de todos os cursos do campus de Rio Claro, ocuparam salas de aula com o objetivo de manifestar contra a

¹⁰ Como exemplo, entre outros, a Semana de Estudo promovida pelo Centro Acadêmico de Geografia da UNESP/RC, em novembro de 2008, “A Geografia que se Faz e a Geografia que se Ensina”, Samira orientou os alunos durante a Semana e participou como ouvinte em todas as palestras.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 73-89, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

precarização do ensino. Neste movimento, Samira foi presente marcante tanto na organização docente para definir as estratégias sobre a reivindicação quanto nas aulas públicas que tinham o intuito de levar os alunos a refletirem.

A professora não articulava uma ação em benefício próprio ou tomava uma decisão para ajudar um grupo ou alguém ou se promovia. Assim seu ato confluía no que ela entendia como “espaço público”. Isso revelava que o desempenho de sua atividade intelectual não se justificava por hierarquias ou divisões de classe na sociedade e sim pelo seu próprio projeto de vida pautado no que acreditava. Ela não traía os seus valores intelectuais e não os renunciava ante os interesses particulares e, sempre, posicionava-se sobre os acontecimentos. Assim, Samira estava alerta à dinâmica da sociedade e às conquistas da classe dominante no Brasil e no mundo e as denunciava seja nas conversas na hora do café da tarde, seja em suas publicações ou em suas palestras.

Das investigações e constatações acadêmicas sobre a coalizão de poder da burguesia industrial brasileira, Fernando Henrique Cardoso, já em 1972 em seu livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, conclui que ela, a burguesia industrial ‘havia optado pela ordem, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental’. Essa inteligência de FHC, no entanto, serviu-lhe, no momento em que participava de governos de direita, para promover a integração definitiva do país ao projeto ultra liberal mundial – portanto, sabia o que fazia e continuava a fazê-lo. (KAHIL, 2010a, p. 481).

A despeito da situação crítica do sistema educacional brasileiro e diante das condições atuais, quando o trabalho intelectual genuíno se encontra ameaçado de extinção, o imperativo da informação banalizada subordina o pensamento às lógicas do mercado e do saber técnico e as especializações tem preponderância sobre o saber social e filosófico, é indispensável estarmos ainda mais preparado intelectualmente para romper a rigidez dos currículos e práticas de ensino e pesquisa, para resistir e subvertermos essa ordem fundada numa razão instrumental cujos fins são apenas aqueles que interessam a economia e à política de alguns, em detrimento da maior maioria. (KAHIL, 2008a, p. 85).

De modo que, levantava, na sala de aula ou em sua sala no Departamento de Planejamento (DEPLAN) ou em sua casa, local de muitas reuniões com seus orientandos, questões que nos exigiam interpenetrar por meio dos nossos conhecimentos científicos, dos nossos conhecimentos filosóficos, da nossa ação política, ainda que rasas na nossa formação intelectual para respondê-las. Como uma intelectual, Samira possuía a arte de trabalhar o diferente sem purificar a ação, por tudo isto, militava contra o relativismo e o reducionismo da *práxis*.

Insistentemente temos reclamado esclarecimento conceitual aos trabalhos acadêmicos; temos insistentemente convocado nossos alunos e colegas pesquisadores a recusar a lealdade às convenções

linguísticas e conceituais em vigor; convenções estas, muito responsáveis eu diria, pela falência da crítica e pelo estado atual de depravação da linguagem. (KAHIL, 2010a, p. 476).

A insistência de construir uma reflexão coletiva; “uma reflexão que abra as possibilidades de, através de uma geografia renovada, recuperarmos o pensamento crítico-reflexivo e criativo ao jovem pesquisador”. (KAHIL, 2008a, p. 85); uma reflexão capaz de pensar o espaço do homem como cidadão, isto, entre outras qualidades, respondia a diferença que ela tinha. De tal forma que a mantinha em essência como uma intelectual preocupada com a formação do seu aluno, e não uma “intelectual ficcional” que discursa sem saber o que dizer para quem quer dizer.

Hoje, se quisermos resistir, mais que nunca é preciso buscar apoio ao nosso pensar e sentir comuns; é preciso apressarmos aquela posição no futuro. É preciso reflexão, imaginação, se quisermos com nosso trabalho de pesquisa, nossa busca de explicação do mundo – e essa é a tarefa que a sociedade espera do professor, pesquisador, e é para tal que somos pagos – apresentarmos ideias com força política – uma reflexão política que seja uma ética alargada à cidade e, portanto, uma reflexão também estética sob as considerações de um bem que não seja apenas o do indivíduo, mas o do todo. (KAHIL, 2008a, p. 97).

Samira gozava de uma capacidade intelectual memorável, de um senso de solidariedade e responsabilidade inconfundível e de uma perspectiva humanista renovadora.

PARA NÃO CONCLUIR

Devemos recordar que o verdadeiro intelectual, não morre, e está dentro de cada um de nós. Estes não estão desobrigados da condição humana em que se encontra a sociedade. O papel dos intelectuais comprometidos ou de todo o resto é apreender com as experiências e lutar pela emancipação social; é ler os livros, não as avessas como manual, mas como fonte de inspiração; é se indignar, mas sem violentar o outro, na tentativa de silenciá-los; “é provocar o pensamento a demorar-se diante dos conceitos, (...), buscando exatamente inquietar-se” (KAHIL, 2010, p. 45).

O papel dos intelectuais “comprometidos” é fruto de muita inventividade e criatividade na construção dos instrumentos de transformação. Sem dúvida não será nos alienando frente às questões do mundo ou procurando respostas para o desafio da “revolução” lendo e reproduzindo as ideias de Gramsci ou qualquer outra figura idealizada que iremos alcançar um fim. Devemos refletir sobre as ferramentas e as formas de esclarecimento da massa e inflamá-las ao ponto de indigná-las a conquistar o próprio espaço, sem nos preocuparmos com os fracassos porque existe a possibilidade de reinventar o mundo, mesmo que, sem a certeza aonde vamos chegar. (WALLERSTEIN, 2003).

De modo que, a categoria do intelectual comprometido socialmente não é composta por aqueles que reproduzem discursos, mas, por aqueles, que de forma criativa inventam maneiras de superar as atrocidades do sistema e

que diante do esgotamento dos esquemas conceituais que visam orientar a ação, deseja partilhar as perplexidade e na articulação entre reflexão e confrontação com o campo dos acontecimentos encontrar o motor de uma elaboração conceitual passível de crítica e que criativamente contribua com o urgente projeto político para a sociedade brasileira. (KAHIL, 2010, p. 45 – 46).

O intelectual dedica-se a construir coletivamente um projeto de mundo que por um lado subverte a concepção de sociedade vigente e, por outro, permita instruir os “subalternos” a dirigir este “mundo novo” por uma filosofia da práxis. De modo que assume a responsabilidade de muni-los de condições necessárias para desenvolverem capacidade política de se emancipar do sistema opressor. O intelectual tem como intuito estimular, de forma consciente e crítica, o corpo social a dirigir uma coletividade sob a proposta de socialização dos bens comuns sem explorar e prejudicar o próximo. Para Gramsci (2004) é fato que os dirigentes e/ou os dirigidos não devem ocupar o lugar da burguesia e dar continuidade a seus métodos e projetos de mundo, como acontecem entre os principais representantes de classe quando assumem posições atreladas ao poder. Estes esquecem, primeiro, das bases que os formaram e, além disso, constroem a *praxis* sob sua própria concepção de mundo, de sociedade, de educação, de vida, enfim, descolam da coletividade as propostas e adotam posicionamentos individuais.

Não há dúvida de que a “filosofia da práxis”, seguindo os passos da professora Samira, deve ser entendida como uma construção de autoria dos próprios alunos, professores e funcionários, que se organizam, juntos e em respeito mútuos, para calcar e vencer a visão simplificadora e desumana que por tempos enraíza entre diversos segmentos da sociedade. Samira é o exemplo de uma intelectual que formou indivíduos conscientes de sua subjetividade social, instruídos a não separar o mundo material das esferas da ideia, capazes de refletir as suas próprias contradições de vida e operar transformações. Samira, mais do que uma professora, nos permitiu questionar, exercitar a crítica e reconhecer a realidade por nós mesmos.

Muito Obrigado professora aonde quer que a Senhora esteja, sinto sua falta.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Os apontamentos de Gramsci. **Folha de São Paulo**, São Paulo/SP, 08 abr. 2000. Jornal de Resenhas, Especial, p. 1.

BOTO, Carlota. A traição dos intelectuais: um tema nosso contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo/SP, n. 80, p. 161 – 171, dez./fev., 2008-2009.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual Engajado: uma Figura em Extinção?. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2006, pp. 19-43.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos (IV) Estratégia, Poder-Saber**. Motta, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro/RJ: Forense Universitária, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2004.

JOLL, James. **As ideias de Gramsci**. São Paulo/SP: Cultrix, 1977.

KAHIL, Samira Peduti Pensar o espaço do homem: um projeto político na sala de aula de geografia. In: GRANVILLE, Maria Antonia. (Org.). **Projetos no contexto de ensino, pesquisa e extensão: dimensões políticas, filosóficas e metodológicas**. 1ª ed. Campinas/SP: Editora Mercado de Letras, 2010, v. I, p. 37-46.

_____. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v. 22, p. 475 - 485, 2010a.

_____. O Lugar de todo mundo: ponto de partida para o ensino de geografia. In: GRANVILLE, Maria Antonia. (Org.). **Sala de Aula: ensino e aprendizagem**. 1ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2008, v. 1, p. 301-314.

_____. Utopias de uma Metrópole Ativa: Possibilidades de Liberdade e de Criação. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **A Metrópole e o Futuro. Refletindo sobre Campinas**. 1ª ed. Campinas/SP: Edições Territorial, 2008a, v. 1, p. 83-98.

_____. Uma Filosofia do Espaço do Homem. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos: obra revisitada**. 1ª ed. São Paulo/SP: Hucitec, 1996, v. 1, p. 73-80.

_____. Um Mundo de Existência Criativa: Milton Santos, esse Habitante!. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. 1ª ed. Campinas/SP: Edições Territorial, 2003, p. 597-610.

LOWY, Michel. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo/SP: Lech Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 22, n. 3 (66), p. 131 – 148, set./dez., 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço publico. **Revista Brasileira de Educação**, Reunião Anual da ANPED, n. 18, p. 125 – 132, set. / dez., 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo/SP: Editora Ática S.A., 1994.

SEMERARO, Giovanni. **O marxismo de Gramsci**. 2000. p. 1 – 10. Disponível em: <<http://www.gramsci.org>>. Acesso em: set. 2012.

_____. Filosofia da Práxis e (neo) pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**, Reunião Anual da ANPED, n. 29, p. 28 – 39, maio. / ago., 2005.

VIEIRA, Angelina de Melo. **Currículo em ação**: implicações na construção de uma escola democrática. Niterói/RJ, 2009. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, na Área de Concentração: Políticas Públicas, Movimentos Instituintes e Educação, Universidade Federal Fluminense, 2009.

ZUIN, João Carlos Soares. Sobre o Neologismo Intelectual. **Estudos de Sociologia**. Araraquara/SP, n. 15, p. 85 – 101, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Intellectuals in an Age of Transition. In: **New Theoretical Directions for the 21st Century World-System**, edited by Wilma A. Dunaway. Greenwood Press, 2003. Disponível em: <<http://fbc.binghamton.edu>>.

Artigo submetido em: 30/01/2013

Aceito para publicação em: 05/02/2013

Publicado em: 07/02/2013